

Uma breve história do PTB

Conferência realizada no I Curso de Formação e Capacitação Política, em 12 de julho de 2002 na sede do PTB em São Paulo.

Angela de Castro Gomes

*Professora Titular de História do Brasil da UFF
Pesquisadora do CPDOC/FGV*

Introdução ¹

No período que vai de 1945 a 1964 três grandes partidos marcam a cena da política brasileira: o Partido Social Democrático (PSD); a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Convivendo com outras organizações partidárias de menor porte e de importância eleitoral mais regionalizada, não há dúvida de que PSD, UDN e PTB foram as organizações que dominaram o sistema partidário do país, um sistema que se tornara nacional justamente em 1945, quando esses partidos se formaram.

Acompanhar a história do PTB nesse período implica enfrentar várias questões e transitar por várias instituições (como sindicatos, o ministério do Trabalho etc). Mas uma das mais significativas dimensões da vida do PTB diz respeito às relações que se estabelecem entre getulismo e trabalhismo, ou seja, a importância do carisma de Getúlio Vargas para a configuração ideológica e organizativa do PTB.

1- A criação do PTB

O PTB organiza-se como partido político em maio de 1945, apenas um mês após a criação da UDN e do PSD. Ele nasce sob chancela governamental, tendo como palco de

articulação principal o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e como grande figura o então chefe do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas, no poder desde 1930.

O partido era claramente a coroação de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista no Brasil, que mobilizara muitos recursos humanos, técnicos e financeiros, particularmente no ministério do Trabalho, desde o ano de 1942, quando Alexandre Marcondes Filho ocupa aquela pasta. O PTB é criado para se constituir em mais um ponto de apoio para o candidato oficial do regime estado-novista, o general Eurico Gaspar Dutra, cujo nome fora lançado para enfrentar o também militar Eduardo Gomes, candidato das oposições liberais à ditadura de Vargas.

O PTB nasce ao mesmo tempo que o PSD, já que ambos resultam da frustração de um projeto de “partido único de massas”, que vinha sendo acalentado entre setores da cúpula do Estado Novo, mas que não conseguira superar dificuldades políticas, sobretudo as que diziam respeito às alianças entre lideranças regionais e lideranças sindicais. Essa interpretação difere bastante do que é tradicionalmente afirmado pela literatura que trata de partidos em 1945. Dessa perspectiva, a criação desses dois partidos não resulta de um cálculo antecipado que procurava distinguir bases diferenciadas de apoio político à máquina estado-novista que, era esperado, iria sair de cena com o fim da Segunda Guerra mundial e o alinhamento Brasil-USA. Ao contrário, o PSD e o PTB emergem como a solução pragmática possível num contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (a UDN), e de uma forte esquerda organizada (o Partido Comunista, PCB) forçava a tomada imediata de decisões políticas. Pode-se descartar, portanto, a versão corrente de que a concepção do PTB tenha sido uma “invenção de última hora”. Ele não foi concebido exclusivamente para funcionar como um contrapeso à força crescente e surpreendente do Partido Comunista, nem foi imaginado *a posteriori* como alternativa eleitoral ao elitismo do PSD.

Certamente, o PTB foi imaginado como a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro, sendo postulado como uma cunha entre as massas trabalhadoras e o comunismo. Mas não deve ser entendido como um partido cujo móvel e sentido fosse o anticomunismo, o que significa que esse anticomunismo podia sofrer “flexibilizações” em circunstâncias políticas específicas. Entretanto, se a principal força de apelo do PTB eram Vargas e seu discurso trabalhista, e não seu anticomunismo, seus eleitores tinham que ser

ganhos com argumentos de que ele era a melhor escolha partidária, ao menos enquanto o PC foi uma alternativa legal dentro do sistema partidário (isto é, até 1947).

É no contexto de meados do ano de 1945, inclusive, que uma primeira aproximação entre PTB e PC começa a se efetivar, tendo como horizonte a possibilidade de eleição de Vargas para o próximo pleito, o que, formalmente, não podia acontecer. Trata-se do chamado Movimento Queremista, cuja razão de ser era a defesa da estratégia política de uma Constituinte com Getúlio, havendo, em tal encaminhamento, a nítida defesa de uma eleição posterior de Vargas. O PTB foi, sem dúvida, uma das mais importantes bases de sustentação do Queremismo, mas as duas organizações não podem ser consideradas a mesma coisa, mesmo porque isso não era desejável. O Queremismo era um movimento e não um partido, com registro e compromissos legais. Assim, aproximações explícitas foram evitadas, inclusive para que amplas alianças pudessem ser realizadas com maior facilidade, em especial as com o próprio PC.

O PC vivia um momento bem especial, com a anistia concedida a seu líder, Luís Carlos Prestes, que se posiciona ao lado de Vargas, para o fortalecimento da luta contra o nazi-facismo. O clima político do país é de franca mobilização, não havendo nenhuma indicação de repressão às manifestações então organizadas, aliás muito ao contrário. O PTB (com apoio do ministério do Trabalho) e o PC participam como aliados do movimento Queremista, sem perda de suas respectivas identidades, por força dos interesses de seus líderes, as duas maiores figuras da política nacional da época. Portanto, fica claro que as linhas de confluência entre o PTB e o Queremismo, sempre existentes, estreitaram-se durante o ano de 1945 e que, até às vésperas do golpe, a campanha “Constituinte com Getúlio”, com sua decorrente candidatura, era hipótese considerada não só viável politicamente, como a que mais “emocionava o povo”.

Essa aproximação seria rompida com a queda de Vargas, que impossibilitou a estratégia quememista e lançou os dois partidos na dinâmica de competição eleitoral, tanto na disputa presidencial, quanto principalmente na conquista de cadeiras parlamentares, na medida em que os dois partidos competiam por uma mesma fatia do eleitorado: o trabalhador brasileiro. Para a UDN, a saída de Vargas da cena política, trazia a expectativa de um grande crescimento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, que não ganhara ainda uma popularidade necessária, segundo os udenistas, devido às manobras continuístas

do ditador. Não era diversa a expectativa do PSD em relação à candidatura do general Dutra.

Nesse contexto, a posição do PTB tornava-se crucial. De seu apoio poderia depender a eleição de Dutra, o maior ou menor fortalecimento do PC ou, até mesmo, a eleição do brigadeiro. E é, de fato, muito complexa a situação do PTB. Para entendê-la, é preciso observar que fora difícil o reconhecimento do registro do partido junto ao Superior Tribunal Eleitoral. Às vésperas do golpe, o escritório do PTB foi invadido por policiais e seu material destruído, isto é, as listas de dez mil assinaturas desapareceram. Mais sério ainda foi a possibilidade, aventada na ocasião, de o PTB não conseguir seu registro junto ao Supremo Tribunal Federal e a forma como ele acaba sendo conseguido. Segundo relatos de contemporâneos, novas listas foram “tiradas” do PSD e os votos favoráveis do STF foram conseguidos por interferência direta do prestigioso político Osvaldo Aranha. Finalmente, chegou-se a cogitar na possibilidade de o PTB lançar candidato próprio às eleições presidenciais, mas avaliou-se que um outro nome provocaria a dispersão de forças, o que permitiria a vitória do brigadeiro.

Com o objetivo de definir a posição do PTB face às eleições presidenciais são estabelecidas conversações com Dutra e o PSD. Esses entendimentos acabam por desembocar em um compromisso, formalizado em uma carta confidencial, assinada pelo candidato do PSD. O acordo é bem vantajoso para o PTB, o que revela tanto sua posição estratégica, quanto suas possibilidades efetivas em futuro próximo. O apoio de Vargas ao PSD, através do conhecido “Ele disse: vote em Dutra”, foi decisivo.

Nesse sentido, o resultado das urnas de 2 de dezembro foi inequívoco. Não houve margem para dúvidas ou qualquer tipo de golpismo. O brigadeiro aceitou a derrota e a aliança entre PSD e PTB foi reafirmada. A força do nome de Vargas tinha sido avassaladora, para desespero da UDN e surpresa até dentro do PSD, dois partidos bem organizados e integrados por lideranças conhecidas e experimentadas em todo o país. Já o PTB tinha uma situação distinta. Não possuindo nenhum grande nome da política nacional ou estadual, não se afirmara ainda como uma organização partidária. As eleições de 1945 e a “descoberta” do imenso carisma de Vargas é que o consagraram como um partido político, materializando sua existência e possibilidades futuras.

O PTB nascera *de e para* Vargas ainda no Estado Novo, e se afirmara nas eleições de 1945 *com* Vargas. Tendo como sua principal base de apoio a máquina sindical montada durante os 1930/40, o PTB ultrapassara em muito o PCB, devido basicamente a seu líder carismático. Contudo, o partido encontrava-se conturbado e cindido. Se era uma realidade através das urnas, era quase uma ficção em termos organizacionais. Contudo, além dos eleitores, tinha dois poderosos trunfos: o getulismo e o trabalhismo.

2- O PTB com Vargas: de 1945 a 1954

Enquanto partido, o PTB estava assentado nos sindicatos. Por orientação do próprio Vargas, os organizadores do PTB deram prioridade a esse tipo de quadros, com o intuito claro de dar ao partido um cunho eminentemente sindicalista. Essa preocupação esteve presente na escolha dos candidatos em 1945. O objetivo de formar o partido com líderes sindicais levou, inclusive, a que se preterissem candidaturas de antigos funcionários do ministério do Trabalho. O que se buscava, na ocasião, era exatamente “dar uma chance aos representantes sindicais” e, com isso, centrar no partido a marca do trabalhador sindicalizado. Ou seja, o PTB surgiu como um partido que tinha por função canalizar os esforços investidos pelo Estado Novo na organização sindical dos trabalhadores e, nestes termos, pode-se dizer que ele foi razoavelmente bem sucedido.

Se Vargas não era, nem nunca foi, um homem afeito à política partidária, é verdade que sempre procurou as mais adequadas fórmulas políticas no sentido de capitalizar o apoio popular, que tão cuidadosamente construía ao longo dos anos do Estado Novo. O PTB foi especificamente mais uma estratégia nessa direção. Certamente ele não foi a primeira, mas foi a primeira que conseguiu deslanchar, chegando a bom termo. Por isso, o PTB deve ser entendido como um lado muito moderno da política trabalhista da época: os sindicatos tornavam-se, de fato, as bases efetivas de um partido político. Dessa forma, algumas de suas seções conseguiram se estabelecer de forma bem sólida, como é o caso da do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal.

São Paulo seria um caso notável de contradições. Sendo o estado que possuía o movimento operário e sindical mais importante do país, tudo levaria a supor que o PTB

paulista estaria fadado a ser um grande partido. Mas não foi isso que ocorreu, como se sabe. Apesar de tudo isso, o PTB esteve longe de ser um partido fraco, sendo sempre uma força política chave nas grandes articulações partidárias, quer a nível estadual, quer a nível federal. Apesar disso, nunca conseguiu grande sucesso eleitoral e teve que competir arduamente junto às massas trabalhadoras mobilizadas por outras lideranças, como a de Ademar de Barros e, sobretudo, a de Jânio Quadros. Isso, naturalmente, sem falar no papel dos comunistas.

O que se observa, na trajetória do PTB entre 1946 e 1950, é um aprofundamento de problemas, especialmente do ponto de vista organizacional. Entretanto, essas dificuldades não chegaram a obstruir o crescimento do partido em termos de diretórios municipais. Ao contrário, esse período foi exatamente o momento de nacionalização do partido, no sentido do estabelecimento de sua presença efetiva em todo o território brasileiro. Esse crescimento teve, no entanto, um lado negativo, pois permitiu que graves disputas internas fossem alimentadas dentro do partido. Mas os problemas não se restringiram a essa expansão, tão rápida quanto desordenada. O PTB passou a viver o dilema de ser tanto um partido de trabalhadores e lideranças sindicais, quanto um partido de Vargas. Como um partido de bases sindicalistas, comportava divergências nada desprezíveis. Como um partido fundado na mística de Vargas, atraía muitos interessados em tirar proveito dessa incrível fonte de votos. Brigava-se, em suma, pelas formas de conquistar o apoio dos trabalhadores, e também pelo controle do prestígio que advinha do carisma de Vargas.

Se as questões internas do partido foram difíceis, no período que vai de 1946 a 1950, o mesmo pode ser dito de suas relações com o ministério do Trabalho, uma instituição central para o aumento do poder do PTB no cenário nacional. É compreensível, portanto, que as aproximações e afastamentos entre PTB e ministério do Trabalho sejam um indicador importante para a avaliação de sua força e da tradução dessa força em termos de presença política governamental. De início, cabe observar que o governo Dutra caracterizou-se por constantes substituições de ministros da pasta do Trabalho (nenhum claramente ligado ao PTB), e por uma política sindical crescentemente repressiva. Tudo isso complicava a situação do PTB, acirrando suas disputas internas e dificultando um diálogo com o movimento sindical.

Nesse quadro e considerando que o partido postulava uma identidade trabalhista, era importante contar com os meios de comunicação, canais fundamentais para propagar tal identidade. Isso foi uma preocupação central de suas lideranças no decorrer de muitos anos. Daí ser necessário entender, que o desejo de sustentar e revivificar a doutrina trabalhista traduzia a percepção política de que esta era, e deveria continuar sendo, o grande recurso de poder do PTB, equiparando-se e confundindo-se apenas com a figura de Vargas.

Mas se a marca do PTB era a de ser um partido defensor e o continuador da obra social de Vargas, as variantes e os matizes ideológicos que poderiam derivar dessa proposta seriam múltiplos. Tanto é assim que a definição do que seja trabalhismo foi e continua sendo bastante polêmica e disputada. Na verdade, ele tem sido associado a sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a autoritarismo e até mesmo, a comunismo e a democracia social.

Por isso, era fundamental para o PTB manter desperta a idéia e a origem de sua constituição. A preocupação com a propaganda, portanto, reunia numa mesma moeda funções ideológicas e pragmáticas. Pretendia-se fazer chegar ao trabalhador uma mensagem objetiva e, ao mesmo tempo, lembrar-lhe a eficácia do patrimônio de que já dispunha para a defesa de seus interesses. Isto é, articular, mais uma vez, o partido aos direitos do trabalho e a Vargas, seu patrono vitalício e ainda o grande nome do cenário político nacional.

Não é surpreendente, assim, que no período de 1946 a 1950, as forças políticas dominantes permanecessem diagnosticando que as possibilidades do retorno de Vargas ao poder não eram tão remotas. Não havia despontado nos meios políticos uma liderança capaz de concorrer com seu prestígio, o que explica a facilidade com que a “campanha queremista” ganha as ruas, quando Vargas se torna candidato à presidência da República, em 1950. Sua candidatura é uma resposta à incapacidade do sistema partidário em oferecer alternativas satisfatórias a nível das próprias elites e terá, também, um sentido de desforra ante aos que o haviam deposto em 1945. Vargas entrou na campanha eleitoral com muito respaldo. Entretanto, e esse é o ponto a se destacar, isso se deu não porque viesse desfraldando a bandeira do PTB, mas porque se apresentou como a única liderança capaz de se sobrepôr a interesses particulares, inclusive aos dos partidos existentes.

O que se pode observar naquele momento é que, mais uma vez, estreitou-se a relação ambígua entre getulismo e trabalhismo. Vargas, mesmo não sendo o candidato do

PTB e sim da coligação PTB-PSD, voltava a cena política pelas mãos do trabalhismo, que ele mesmo construiu durante o Estado Novo. Partido, ideologia e líder, ao mesmo tempo que se associavam, não eram a mesma coisa, mantendo áreas de tensão entre si.

Vitorioso nas eleições de 1950, Vargas levou para o governo uma pauta de procedimentos políticos que refletiu seu discurso eleitoral. Desenvolvendo uma ampla rede de alianças entre civis e militares, ele criou uma situação muito contraditória. Sua intenção declarada era criar um governo trabalhista. Mas, de um lado, não prestigiava devidamente o PTB, partido que melhor poderia expressar esse objetivo; e, de outro, fortalecia o conjunto das forças conservadoras. A fragilidade dessa composição não conseguiu aglutinar o PTB; desgostou os setores militares; e alimentou as desconfianças da UDN.

Nesse sentido, a crise que levaria ao desfecho traumático do governo, em agosto de 1954, tinha a marca da personalização. Para seus opositores o que estava em jogo era expurgar o getulismo da política brasileira, dando-se para tanto uma demonstração de força que tornasse imperativo e irreversível o afastamento de Vargas do poder. Contudo, o suicídio reverte inteiramente tais expectativas. Além de ilibar e consagrar a liderança de Vargas (que sai da vida para entrar na História, como escreve), cria imensos constrangimentos para a UDN e qualquer força antigetulista, desarmando intenções golpistas e fortalecendo a ordem constitucional vigente. A revitalização do getulismo é, portanto, um ponto alto dessa conjuntura. Mas, ao mesmo tempo, ele se torna um movimento de massas acéfalo, considerando-se que a liderança personalizada não é facilmente transferida. Ou seja, o poder do getulismo passaria a depender de sua absorção pelo sistema partidário, e mais especificamente pelo partido que nascera sob seu carisma: o PTB.

3- O PTB sem Vargas: de 1954 a 1965

Um balanço do período que vai de 1945 a 1954, sob a ótica do PTB, revela pontos importantes, sendo útil para melhor se avaliar os desafios que enfrenta depois da morte de Vargas.

Após um período de repressão ao movimento sindical, correspondente ao governo Dutra, foi um ministro trabalhista (João Goulart) que promoveu a liberalização desse movimento, inclusive pressionando pelo aumento do salário mínimo, na esteira das reivindicações dos trabalhadores. A iniciativa visava não só fortalecer as bases de apoio do governo, como também reativar o apoio trabalhista no meio operário. A presença de Jango junto aos sindicatos, aos órgãos previdenciários e a outras instituições ligadas ao mundo do trabalho evidencia o quanto houve investimento nessa área de atuação.

Entretanto, essa reativação acaba por aumentar a competição política no interior do movimento sindical, possibilitando um novo vigor aos comunistas que estavam, até 1954, em franca oposição ao governo Vargas. Além disso, abriu espaço para outras correntes, como o janismo em São Paulo, que ganhou impulso ao lado do ademarismo. Ou seja, nos primeiros anos da década de 1950, o PTB teve que dividir os resultados de sua política de abertura do meio sindical com outras forças que lhe eram rivais. Assim, se teve ganhos, também teve perdas, que se somaram à crescente oposição das forças conservadoras, que acenavam com o perigo de uma “república sindicalista” no país.

Do ponto de vista governamental, os ganhos do PTB podem ser avaliados como inexpressivos. Em termos ministeriais, o partido controlou apenas a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio e, mesmo assim, de forma efetiva apenas no governo Vargas. Vale lembrar que, no governo Dutra, apenas um ministro foi do PTB (Negrão de Lima), e por um curto espaço de tempo. Se o partido teve fraca participação a nível ministerial, sua atuação no Congresso precisa ser considerada como igualmente deficitária. O PTB, terceira bancada da época, não se constituiu em uma base parlamentar de apoio ao governo Vargas, nem mesmo no episódio de criação da Petrobrás, em 1953. Mais do que isso, sua participação nas Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados foi pouco significativa. Das 114 Comissões formadas até 1954, o PTB deteve a presidência de apenas 12. Vale ressaltar que esse é um nível privilegiado de ação para um partido, que pode então influenciar mais diretamente o processo de elaboração legislativo, defendendo as posições de seu programa.

Por esses indicadores, pode-se constatar que o PTB não foi um grande partido nesse período. Entretanto, foi uma força política de mais alta significação, recebendo com impacto, em 1954, a perda de seu grande líder. Isso pode ser melhor dimensionado quando se reconhece que o sistema partidário como um todo fora montado tendo como eixo divisor o getulismo. Havia partidos pró ou contra Vargas, mas todos tinham no getulismo tanto um componente estratégico para sua orientação no campo das disputas políticas, quanto uma força paralela – independente e concorrente – que extrapolava os próprios partidos. A morte física de Vargas, se por um lado revitalizava seu carisma, por outro transformava as características e a força do getulismo, que perdia a dimensão de movimento social, tendo que ser incorporado pelos diversos partidos, em especial pelos que com ele se vinculavam de forma positiva.

Esse era o caso do PTB, partido que nascera sob a sombra do carisma de Vargas e que crescera tendo-o como sua própria face. Por isso, com o suicídio, sofreu um violento golpe, que não só desorientou seus eleitores (que perderam sua principal referência simbólica), como também seus próprios membros e lideranças. O desaparecimento de Vargas forçou o corpo eleitoral de então a refazer suas ligações com o sistema partidário e, particularmente, a restaurar ou não suas lealdades com o PTB. Uma situação bastante complexa, que não passou despercebida às principais lideranças do partido, cientes das grandes dificuldades que teriam de enfrentar daí para frente.

É bem verdade que o PTB tinha um recurso de poder nada desprezível. Sua doutrina trabalhista tornava-o um partido cuja identidade, alicerçada no carisma de Getúlio, o “pai dos pobres”, podia afirmar-se e expandir-se por meio de apelos ideológicos valiosos num Brasil que se urbanizava e industrializava aceleradamente. A força do trabalhismo no PTB só era comparável ao getulismo que, até então, por um lado, identificava-se com o trabalhismo e, por outro, transcendia o próprio petebismo.

Tornar o PTB um partido eleitoralmente bem sucedido exigia uma série de tarefas árduas, que podem analiticamente ser apresentadas como integrando duas dimensões fundamentais. A primeira era a organizacional e demandava a reestruturação e a expansão da máquina do partido, com destaque para sua penetração em vários estados da federação, incluindo particularmente os municípios rurais. A segunda era de caráter ideológico, traduzindo-se na necessidade de lutar pelo monopólio do carisma de Vargas, ao mesmo

tempo que distinguia entre trabalhismo e getulismo. Vale dizer, o PTB teria que disputar com outros partidos o controle do movimento sindical e do eleitorado popular, reinventando um trabalhismo sem Vargas e mais adequado à temática da política brasileira dos anos 50.

É claro que um esforço de reestruturação partidária implicava lutas entre lideranças políticas pelo controle nacional e/ou estadual da organização, o que é particularmente difícil no caso de um partido carismático como o PTB. Justamente por isso, essas lutas estão profundamente imbricadas com lutas simbólicas pelo controle das formas de representação do partido. Nesse caso, tal esforço se traduziu na necessidade de qualificar o trabalhismo, mantendo sua referência original, mas transformando-a. Dessa forma, na década que vai de 1954 a 1964, o PTB viveu exatamente esse duplo esforço de afirmação e renovação. Não é casual que esse tenha sido um período de proliferação e de competição entre lideranças que disputavam a hegemonia dentro da máquina partidária. Não é casual também que essas lutas, muitas vezes antropofágicas, surgissem como propostas de um “novo e verdadeiro” trabalhismo, opondo-se a um “velho e fisiológico” trabalhismo. Entretanto, da ótica assumida por este texto, não importa tanto que, substantivamente, a disputa fosse mais organizacional do que ideológica. O que importa assinalar é que, politicamente, a luta partidária assumia a forma de uma luta simbólica pelo controle do mais importante recurso de poder desse partido: a ideologia trabalhista.

Adotando-se essa perspectiva, não se pode trabalhar com dicotomias rígidas entre lideranças mais ideológicas e reformistas, e lideranças mais pragmáticas e clientelísticas de forma excludente ou conotando os lados “bom” e “mau” do partido. As práticas do PTB precisam ser entendidas como orientadas por uma diretriz organizacional extremamente pragmática e por uma preocupação doutrinária que investe em divulgação e propaganda, e que, sem abandonar o getulismo, aposta na renovação ideológica do trabalhismo. Nesse aspecto, o partido dedica-se a um trabalho doutrinário de ênfase em temas como o das reformas de base, sem descuidar das bandeiras do nacionalismo e do sindicalismo, já de grande tradição entre a população de eleitores.

De toda forma, não é simples a formulação de um diagnóstico preciso sobre o desempenho do PTB de 1954 a 1964. Sem dúvida, ainda nesse último ano o partido continuava a conviver com problemas clássicos de sua história. Durante toda a década,

permaneceu um partido altamente oligarquizado, insistindo nos procedimentos de expulsão de dissidentes e, nem por isso, sendo menos marcado pela existência de facções internas e de lideranças (algumas mais radicais do que nunca), que disputavam o controle de sua máquina.

Contudo, do ponto de vista eleitoral, é inequívoco que o partido avançou muito. O ano de 1955 talvez pudesse ser usado como ponto de referência útil. Esse é o ano em que se adota, pela primeira vez no país, a cédula oficial e em que se começa a sentir seus efeitos. A partir dessas eleições, os ganhos eleitorais do PTB são bastante positivos. Em inícios dos anos 60, ele “já era a segunda maior força em termos de eleições vice-presidenciais, de bancada no Senado (26,6%) e na Câmara Federal (28,3%), onde, devido ao crescimento vertiginoso no Norte e no Nordeste em 1962, praticamente empatara com o PSD.”² Além disso, o PTB aparecia em terceiro lugar entre os governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores.

Considerando um outro indicador político muito valioso para os objetivos dessa reflexão – a taxa de identificação partidária antes do movimento militar de 1964 –, pode-se verificar que o desempenho do PTB era alentador. Em pesquisa realizada pelo Ibope junto a amostras de eleitores das oito principais capitais do país, o PTB liderava com uma taxa de 29%, contra 14% da UDN, 7% do PSD e 5% do PSP, o partido de Ademar de Barros. Somava-se a isso o fato de o PTB ser o partido com o qual se identificava a maior fatia do eleitorado dos grandes centros urbanos, dos quais se excetuava apenas a cidade de São Paulo, o que se devia às históricas disputas internas ocorridas nesse estado.

Vale assinalar igualmente que as siglas trabalhistas que haviam surgido nesse período ainda não ofereciam potencial de concorrência para o PTB. Nesse sentido, ele não só apresentava o crescimento eleitoral mais significativo, especialmente quando comparado ao do PSD, como conseguia manter, de fato, o monopólio do discurso trabalhista. Entretanto, pode-se observar que muitos dos seus problemas e características não tinham sido vencidos ou modificados. Tal reconhecimento significa enfatizar a permanência e a virulência dos conflitos organizacionais, particularmente violentos na presidência do petebista João Goulart, em inícios dos anos 60.

Finalmente, ainda que se reconheça que não foi o crescente reformismo do PTB que respondeu pela grande radicalização política da época, alimentando temores de militares,

empresários e também setores da população, é indiscutível que o partido teve um papel chave nesse cenário. Se muito dessa radicalização extrapolava o PTB, envolvendo outros partidos, frentes parlamentares e o movimento sindical, foi no PTB que encontrou seus maiores líderes, que pressionaram o presidente Jango tanto em prol da permanência como da ruptura da ordem legal.

Após março de 1964 o PTB é, sem dúvida, o partido sobre o qual recai a mais dura repressão, o que se expandiu também para seu braço sindical. Essa situação perdurou até a cassação da legenda, em 1965, momento no qual a maior parte de seus integrantes migrou para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), iniciando uma nova trajetória na política brasileira. Tudo indicava que esse era o fim de uma legenda, de resto como de todas que integraram o sistema partidário montado em 1945. Mas não foi o que ocorreu.

Entre os anos de 1979 e 1981, quando o país atravessava um longo período de transição para um novo regime democrático, o que implicou o fim do bipartidarismo e a criação de novos partidos, a legenda do PTB voltou à ordem do dia, como alvo de disputas na Justiça Eleitoral. Após 35 anos de sua criação e 15 de sua cassação, essa legenda era objeto do desejo de dois grupos, respectivamente liderados por Yvete Vargas e Leonel Brizola, dois petebistas muito diferentes mas, cada um a seu modo, muito ligados à história do partido. Como nos velhos tempos, o PTB assistia a mais uma acirrada disputa entre suas lideranças por posições de mando e por controle de recursos ideológicos, ainda acreditados como capazes de mobilizar o eleitorado. Essa disputa se conclui com a vitória de Yvete, o que conduziu Brizola à fundação de mais um partido trabalhista no Brasil: o Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

Daí para a frente, PTB e PDT serão os principais herdeiros da tradição acumulada pelo velho PTB. Eles tem, portanto, uma outra história, muito distinta, mas que recorre, com frequência, à memória das lutas trabalhistas e ao carisma de Getúlio Vargas. Um sinal da força desse antigo partido e da atualidade de suas bandeiras históricas.

¹ Este texto baseou-se em duas publicações fundamentalmente. O livro *Getulismo e trabalhismo* de Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo, São Paulo, Ática, 1989 e o artigo "Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas" em Angela de Castro Gomes (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

² Os dados são de Antônio Lavareda, *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*, Rio de Janeiro, IUPERJ/ rio Fundo, 1991, p. 91.